

Campanha Salarial continua em agosto

Nossa campanha de data-base teve início em 12/04 com a entrega da pauta de reivindicações do Fórum das Seis ao Cruesp. Naquele momento foi esclarecido que nossa campanha salarial estaria vinculada à luta pela ampliação de recursos para a Educação Pública em geral na LDO-2007, que ainda prossegue na Assembléia Legislativa (Alesp). No que se refere à campanha salarial das universidades, nossas reivindicações são as seguintes:

1. Recuperar o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (6,06%);

2. Reajuste trimestral dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese;

3. Negociações com o Cruesp para recuperar perdas históricas, tendo como base o salário de janeiro de 1989 (este salário é cerca de 62% maior do que o de abril de 2006).

Depois de várias reuniões de negociação e das lutas encetadas no primeiro semestre, o Fórum das Seis indicou a suspensão do movimento a partir de 03/07 e sua retomada em agosto.

Façamos agora um breve balanço de perdas e ganhos.

Perdas e ganhos

1. 0,75% de reajuste a partir de maio;

2. 1,79% em setembro para completar o reajuste de 2,55% (perda inflacionária pelo índice FIPE), embora o Fórum reivindique 6,06% para recuperar o salário de maio/2001, o que inclui 3,25% pelo ICV-Dieese;

3. Se a arrecadação atingir

R\$40,6 bilhões, o reajuste de 2,55% retroagirá a maio/06;

4. Foi constituída a Comissão Fórum-Cruesp de Acompanhamento da Arrecadação do ICMS, que se reunirá mensalmente. Na primeira reunião, realizada em 10 de julho, constatou-se que a arrecadação de junho/06 ficou ligeiramente abaixo da previsão da Secretaria da Fazenda. É bom lembrar que todos os indicadores macro-econômicos apontam para um aumento significativo da arrecadação. A questão é saber se o governo do Estado continuará a permitir que a sonegação, a corrupção e a evasão fiscal consentida corram soltas. As recentes providências de diminuição do ICMS – Decreto 48.034 de 2003 juntamente com a “primavera fiscal” de Alekmin (setembro/2005) – mostram que o governo estadual parece pretender fazer campanha eleitoral em cima do arrocho de verbas e salários dos serviços públicos essenciais correspondentes aos direitos sociais inalienáveis, como Saúde e Educação públicas. Segundo o Cruesp, a identificação de cenário de recuperação consistente do ICMS possibilitará antecipação do reajuste de setembro/06;

5. Foi constituída a Comissão Fórum-Cruesp de Isonomia nas universidades estaduais paulistas (como havia sido combinado em 1994), que deverá debater: disparidades nas carreiras, complementações salariais, piso salarial, políticas de permanência estudantil, entre outros temas;

6. Os funcionários da USP conquistaram reajustes nos auxílios alimentação e cre-

che, além de 5% de reajuste a partir de janeiro/07 em decorrência do ganho de uma referência como valorização na carreira; esses ganhos são frutos do menor comprometimento da USP com salários, resultante da crescente terceirização do trabalho, da não contratação de docentes e do ínfimo reajuste de 0,75% na data-base para as três universidades;

7. Participação de representantes do DCE-Livre da USP e do DCE da Unicamp nas discussões sobre as ações na LDO-2007 e sobre temas da pauta de reivindicações estudantis.

Retrospecto

Em função da vitória parcial em 2005 na votação da LDO-2006, com a aprovação pelo plenário da Alesp de 31% da receita de impostos para a Educação Pública, de 10% do ICMS para as universidades e da vinculação de 1% do ICMS para o Centro Paula Souza, para 2006 estava prevista a junção da Campanha Salarial com a luta na LDO-2007. Apesar do veto de “Zeroaldo” ao que fora obtido no Legislativo em 2005, neste ano eleitoral todo o esforço para nova vitória na Alesp é fundamental para garantir mais recursos para a Educação nos próximos quatro anos, quando estaremos submetidos a um novo governo.

A primeira reunião de negociação ocorreu em 11/05 – um mês após a entrega da nossa pauta de reivindicações – e mesmo assim foi encerrada com o Cruesp dizendo que precisava de mais alguns dias para estudar as projeções de arrecadação do ICMS! Na reu-



Daniel Garcia

Audiência Pública de 14/6 na Alesp

nião ocorrida em 17/05, os Reitores apresentaram o índice de 0,75% de reajuste na data-base e um complemento em outubro (dependendo da evolução do ICMS).

Como mencionado anteriormente, pouco disso foi alterado nas reuniões seguintes, o que levou o Fórum das Seis a aprovar paralisações e indicativo de greve para fortalecer nossas negociações dos dois eixos da campanha com o Cruesp e na Alesp.

As paralisações foram aprovadas por docentes e funcionários das três universidades. Os funcionários da USP e da Unesp e os estudantes da USP decidiram pela greve a partir de 08/06 e docentes de alguns campi da Unesp decidiram pela greve a partir de diferentes datas após 08/06. Docentes da USP dos campi de Ribeirão Preto e Pirassununga permaneceram em greve por alguns dias.

Esse movimento variou desde exclusivamente pela campanha salarial até pela campanha conjunta salários-LDO. A discussão de propostas de emendas para a LDO-2007 ocupou parte da pauta das reuniões de negociação. O Fórum das Seis apresentou suas emendas ao Cruesp, in-

sistindo que era vital propor alteração do índice de 9,57% do ICMS que consta no *caput* do Artigo 4º e seu § 1º (que tratam dos recursos para as universidades estaduais) do texto do Executivo para a LDO-2007. O Fórum insistiu também que era necessário propor um índice que garantisse: 1) a expansão com qualidade do ensino superior nas estaduais; 2) a construção de uma política de permanência estudantil; e 3) a recuperação do poder aquisitivo dos salários, conforme nossas reivindicações. No entanto, a proposta que o Cruesp enviou para o Legislativo manteve os 9,57% do ICMS no *caput* do Artigo 4º e seu § 1º.

Durante o mês de julho/06 continuaremos a acompanhar o desenrolar da discussão da LDO-2007 na Alesp. Até agora nossas conversas com líderes dos partidos e membros da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp indicam que a votação da LDO-2007 deverá ficar para o início do segundo semestre. Assim sendo, no início de agosto teremos a continuidade da campanha salarial e da luta por mais recursos para a educação pública na LDO-2007. É muito importante a participação de todos!

51º Conad atualiza plano de lutas do Andes-SN

A Adusp foi uma das 48 entidades de representação docente presentes ao 51º Conselho do Andes-Sindicato Nacional (Conad), ocorrido entre 29/6 e 2/7, em Juiz de Fora (MG). A seguir, trechos da Carta de Juiz de Fora.

O evento expressou disposição renovada para a continuidade da luta em defesa da valorização do trabalho docente, da educação pública e gratuita e dos princípios de liberdade e autonomia sindical. (...) Nesse ambiente tomou posse a nova diretoria do Andes-SN, eleita para o biênio 2006-2008.

O 51º Conad atualizou o plano de lutas do sindicato a partir de uma avaliação de conjuntura, destacando os efeitos perversos da implementação da agenda neoliberal no Brasil, a exemplo da mercantilização dos direitos sociais, do conhecimento humano, da natureza e da própria vida, além da degradação dos serviços públicos, entre eles, a educação.

Enfrentamentos

(...) O 51º Conad reconheceu a Conlutas como a principal alternativa de organização dos trabalhadores em construção no Brasil e, ao mesmo tempo, deliberou que o Andes-SN deve continuar participando como observador dessa nova entidade, contribuindo com o encaminhamento de lutas capazes de agregar amplos setores da classe trabalhadora. A relação do movimento docente com essa nova organização será objeto de profundo debate nas seções sindicais e nas regionais com vista à realização de um seminário nacional previsto para novembro deste ano. O debate buscará subsidiar a deliberação do 26º Congresso sobre a filiação ou não do Andes-SN à Conlutas em março de 2007.

O Conad atualizou o plano de lutas no tocante às demandas recentes de enfrentamento das novas investidas

contra a universidade pública, expressas no Decreto nº 5733, de 9 de maio de 2006, que trata da regulação, supervisão e avaliação da educação superior e na Resolução 2, de 9 de junho de 2005, do Conselho Nacional de Educação, que, ferindo a Constituição, regulamenta os cursos de pós-graduação *stricto sensu* e busca legitimar a cobrança de mensalidades em cursos oferecidos por instituições públicas.

O Conad deliberou desencadear ampla mobilização da sociedade brasileira para que o Congresso Nacional rejeite o PL nº 7.200/06, de autoria do Executivo, da contra-reforma privatista da educação e para tal intensificará as ações pela reconstrução dos fóruns ou comitês em defesa da escola pública em âmbito nacional e estadual.

(...) Assume centralidade entre as prioridades do sindicato, no segundo semestre de

2006, o enfrentamento das formas de mercantilização do conhecimento, praticadas nas IES públicas, por meio das fundações privadas ditas de apoio, a exemplo da ilegal proliferação de cursos pagos.

Direito à sindicalização

O combate contra todas as formas de precarização do trabalho docente ganha destaque no plano de lutas do Andes-SN para as IES, nos setores das estaduais, das federais e das par-

ticulares. O mesmo dar-se-á na defesa do direito à sindicalização, no esforço em unificar as campanhas salariais nas IES estaduais e na construção de uma política nacional para as IES particulares a partir do debate sobre estratégias para a formalização de uma convenção coletiva em âmbito nacional.

(...) Os grandes desafios impostos nesta conjuntura exigem do movimento docente unidade e disposição redobrada de luta.

Adusp e Reitoria discutem Ação do Gatilho

A Adusp ganhou a ação do gatilho em abril de 2001 e a USP desde então apelou e recorreu das mais variadas formas, tendo sempre negados seus recursos. Desde a gestão do professor Melfi na Reitoria que a Adusp vinha solicitando audiência específica para tratar esta questão, o que foi sempre postergado, no aguardo de alguma nova resposta do Juiz às apelações. Finalmente, em 6/2/06, foi recusado o último pedido de embargo da sentença feito pela universidade; e em 17/2/06 a USP publicou no Diário Oficial uma relação de docentes para os quais ela reconhece que tem “obrigação de fazer” o pagamento do ganho judicial obtido pela Adusp na Ação do Gatilho.

Esta listagem, juntamente com uma tabela de diferenças salariais devidas, foi entregue ao Juiz, que no início de abril pediu que nos manifestássemos. Havia irregularidades flagrantes nos cálculos apresentados e falhas evidentes na listagem de beneficiários (por exemplo, desapareceram 890 nomes que constavam da petição inicial e que não haviam sido excluídos da sentença judicial). Tendo em vista estes problemas, bem

como o compromisso assumido pela Reitoria de realizarmos uma audiência, o Juiz acatou então que adiássemos nossa manifestação por um mês.

Por duas vezes a Reitoria suspendeu reuniões que estavam agendadas. Por fim, esta acabou ocorrendo no último dia 30/6, quatro dias após termos apresentado ao juiz nossas contestações à tabela e a listagem entregues pela USP, seguindo o prazo que nos havia sido concedido.

Surpresa

A professora Suely Vilela veio acompanhada da procuradora-chefe da USP, Ana Maria, e do coordenador e da coordenadora adjunta da Codage, professores Douglas W. Franco e Vera Amaral, respectivamente. Pela Adusp compareceram o professor Francisco Miraglia, seu vice-presidente, e dois ex-presidentes que acompanharam o processo, professores Américo S. Kerr e Ciro T. Correia, bem como os advogados Fernando Barros e Lara Lorena.

As demandas que apresentamos compreendiam: 1) formação de uma comissão para fazer os acertos necessários à lista de beneficiários; 2) formação de uma comissão para apuração das diferenças devi-

das ou pagas em atraso durante o ano de 1987; 3) aprofundar a discussão sobre o item da sentença que determinou “Incorporar aos vencimentos atuais de todos os docentes da USP, reajuste de 32,96% correspondente à diferença entre os reajustes salariais devidos e os efetivamente pagos”.

Para nossa surpresa, a Procuradora-Chefe disse que a listagem apresentada havia sido composta pela USP uma vez que os beneficiários não estavam definidos no processo. Lembramos imediatamente que não apenas havia uma lista original anexa ao processo, como o Juiz havia acatado a exclusão solicitada pela USP de diversos nomes nelas constantes, especialmente aqueles que já participavam de lides idênticas. Insistimos, portanto, ser indispensável definir uma comissão conjunta para evitar que o acerto da nominata se convertesse em expediente de postergação na execução da sentença.

Nesse sentido, ainda, reforçamos que os cálculos dos pagamentos feitos em atraso durante 1987 estavam bastante equivocados, parecendo ter havido confusão entre os gatilhos e pagamento de quinquênios, sexta parte e carreira. Entendíamos, con-

tudo, que sobre isso não deveria haver divergência, porque os valores e os períodos de atraso eram bem definidos. Essa questão, portanto, também poderia ser equacionada por uma comissão conjunta.

Protelação

O centro da polêmica está na incorporação do reajuste devido. Embora a clareza da sentença quanto a este item fundamental, a posição da Procuradora-Chefe na reunião era de procurar anular, em fase de execução, aquilo que o Juiz determinou no processo. Concordamos com a Reitora que o valor devido é expressivo mas, como já reafirmado pelo Juiz, não é isso que determina o direito definido pela sentença. Em linhas gerais ponderamos que os docentes têm dimensão da questão em pauta, sendo indispensável, portanto que as partes a discutam com tranquilidade. Deve-se dar curso a uma execução que seja viável, não se permitindo o aqodamento de conflitos em função de possíveis expedientes judiciais para protelar a execução da sentença.

A Reitora deverá estar fora neste mês de julho e comprometeu-se a responder sobre nossas demandas no início de agosto.

Deputados somem e irritam funcionalismo

Em 29/6, falta de quórum na Comissão de Finanças adia votação do relatório da LDO 2007

A não votação do relatório da LDO 2007, no dia 29/6, por falta de quórum parlamentar decepcionou as centenas de manifestantes que, uma vez mais, compareceram à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para pressionar os deputados pelo aumento de verbas para a educação pública estadual em todos os níveis.

A Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) da Alesp havia convocado a reunião de 29/6 para avaliar o relatório da LDO 2007 e dar um parecer sobre o texto a ser encaminhado para deliberação pelo conjunto dos deputados estaduais, que incluía emendas que elevavam a dotação orçamentária para a educação. Esse objetivo, porém, esbarrou na falta de quórum na CFO, que é de cinco membros (a comissão é formada por nove deputados).

Compareceram à reunião apenas três deputados da CFO: o presidente, José Calдини Crespo (PFL), o vice-presidente, Renato Simões (PT) e Roberto Felício, suplente do deputado Mário Reali (ambos do PT). Não compareceram, nem enviaram suplentes, os deputados Arnaldo Jardim (PPS), Vaz de Lima (PSDB), Paulo Sérgio (PV), Waldir Agnello (PTB), Jorge Caruso (PMDB) e Edmir Chedid (PFL). Calдини Crespo propôs então que a sessão seguisse como um “encontro informal”, o que foi acatado pelo auditório, ainda que a contra-gosto.

Sem acordo

Simões, primeiro a falar após o início da reunião, apresentou o estado da negociação entre os partidos na Alesp. “A votação das matérias da educação e do funcionalismo é altamente polêmica”, afirmou. Simões disse que não há acordo na casa por enquanto, e lamentou

o processo de obstrução que vem ocorrendo por conta da inclusão de emendas à LDO, que ele atribui à resistência da base do governo, encabeçada pelo PSDB. Além disso, o deputado reiterou que as dificuldades se agravam pela defesa, por parte do Cruesp, de um percentual de 10,0339% do ICMS, muito aquém da proposta do Fórum das Seis, de 11,6%, e mesmo do ponto intermediário de 10,5%, proposto para negociação.

Representantes do Fórum das Seis, do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp) pronunciaram-se durante a sessão. No entanto, a explanação das reivindicações deu lugar à expressão de indignação diante da morosidade verificada na Assembléia Legislativa e da postura dos reitores na negociação do percentual desti-

nado às instituições públicas de ensino superior no orçamento do Estado.

Ambigüidade

“Com reitores que nem esses, quem precisa de inimigos?”, questionou o professor Francisco Miraglia, coordenador do Fórum das Seis. Ele criticou a proposta do Cruesp, que pretende financiar as expansões por meio do arrocho do custeio e dos salários. O vice-coordenador do Fórum, professor João Zanetic, também evidenciou a ambigüidade do discurso dos reitores. “O que nós ouvimos? Não dá para repor a inflação, nem da Fipe. E o que dizem para os deputados? Que está tudo bem, que 10,0339% dá”.



Professor Francisco Miraglia manifesta-se durante audiência de 29/6

Miraglia reafirmou a necessidade de que o Legislativo assumira sua independência e passe a ser “um espaço para decidir as políticas públicas fundamentais”. José Roberto Pereira, da Apeoesp, frisou a cobrança: “Queremos por parte dos deputados o compromisso com

emendas que buscam a dignidade do servidor público.”

O deputado Calдини Crespo apontou a busca de um acordo como a única perspectiva para avançar na discussão do orçamento. “Queremos fugir do veto, do processo lamentável que se deu ano passado”, afirmou.

Salários da rede federal têm reajuste médio de 9,88%

“Docente federal vai ter reajuste médio de 50%”. A chamada na capa da *Folha de S. Paulo* de 31/5 exemplifica a freqüente distorção que ainda persiste no debate sobre a Medida Provisória 295, emitida em 30/5, que dispõe sobre a carreira e salários dos professores de 1º, 2º e 3º graus do ensino público federal.

O texto da MP 295 determina um reajuste linear de 12% nos vencimentos dos docentes de 1º e 2º graus; mas, para os docentes do magistério superior, o cálculo envolve maiores variações. Atualmente a remuneração dos docentes de 3º grau da rede pública federal consiste em um vencimento básico, que varia conforme adicionais por titulação e também por gratificações (GED, GEAD e GAE). O que

sofreu alterações após a MP foi justamente o valor desses adicionais (50% por titulação e variável no caso da GED).

Para exemplificar, um professor doutor titular, em regime de 40h semanais, ganhava R\$ 4.165,22; após a MP, sua remuneração total passa a ser de R\$ 4.705,86, configurando um reajuste de cerca de 13%. No caso de um docente com doutorado, no mesmo regime de 40h, mas da classe adjunto, o reajuste será de 8,8%. Segundo o Andes-SN, levando-se em conta os percentuais concedidos ao conjunto dos professores da rede federal de todos os graus, o reajuste médio líquido foi de 9,88%.

Resposta insuficiente

“É uma resposta, mas não é o que queríamos”, avalia Paulo

Rizzo, presidente do Andes-SN. O professor considera a MP como resultado da greve dos professores de universidades federais no final de 2005 — que reivindicavam, entre outras coisas, 18% de reajuste para recomposição de perdas salariais e reestruturação do plano de carreira para a categoria. Na época, não houve consenso entre as reivindicações dos professores e as propostas do Ministério da Educação. Segundo Rizzo, o governo rompeu as negociações e apresentou de forma unilateral suas propostas em projeto de lei que, posteriormente, se transformaria na MP em questão.

Remunerações à parte, as disposições da medida incluem ainda a criação da classe de professor associado, intermediário

entre as classes de adjunto e titular. A medida já era um dos pontos da pauta de reivindicações da categoria — a ressalva fica por conta dos critérios de progressão. O Andes-SN defende que haja autonomia da universidade quanto à avaliação. Isto não está especificado na medida, que se refere a “critérios gerais estabelecidos pelo Ministério da Educação”.

Além do unilateralismo da proposta, o presidente do Andes-SN critica a negociação segmentada por parte do governo, que isola os docentes do 3º grau daqueles do 1º e 2º. “O Governo, ao não ter uma política salarial, solta medidas diferenciadas que, ao invés de reduzirem as distorções do funcionalismo público, só as aumentam”, afirma Rizzo.

A reunião com o Cruesp de 7/7/06

No dia 7/7 reuniram-se Fórum das Seis e Cruesp para mais uma rodada de negociações. Da pauta constavam: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007), política de permanência estudantil e Hospitais Universitários (HU). No início da reunião, o Fórum das Seis registrou:

- A retomada da campanha salarial a partir do início de agosto/06;

- A reivindicação de que os reitores fizessem uma declaração clara de não punição pelo legítimo exercício do direito de greve. Ficou acertado que a declaração negociada aqui na USP entre Sintusp e Reitoria serviria de base para uma declaração conjunta dos reitores;

- A marcação de uma reunião da Comissão de Isonomia (que ficou acertada) para o início de agosto/06, em data a ser combinada entre Fórum das Seis e Cruesp;

- Quanto à LDO-2007, cujo relatório continuava em negociação na semana de 3 a 7 de julho, propôs-se aos Reitores a realização de um debate público com o Fórum das Seis, no início de agosto/06, onde serão colocadas as perspectivas e as propostas de ambos. A Presidente do Cruesp ficou de discutir tal proposta com os Reitores.

Em seguida, discutiu-se a questão das políticas de permanência estudantil. Os Reitores apresentaram dados sobre os gastos com permanência estudantil em cada universidade, ficando claro que estão muito aquém do necessário. O Fórum das Seis insistiu na sua perspectiva de que o tratamento desta questão deve contemplar o provimento de meios para garantir o exercício de um direito social, de acesso (e permanência) à educação superior e não de políticas compensatórias ou apenas de focalização. Assim, é imperioso que tenhamos a definição comum das bases de ação nas universidades estaduais.

O Fórum enfatizou que é contrário a qualquer tipo de “bolsa trabalho”, pois, na realidade, esta se constitui num instrumento que substitui o trabalho de funcionários por estudantes subempregados e sem nenhum direito trabalhista. Além disso, insistiu que os estágios, quando existirem, devem estar estritamente ligados às áreas de atividade acadêmica dos estudantes, deixando de ser apenas outra modalidade da chamada “bolsa trabalho”. Os seguintes pontos ficaram acertados nesta primeira etapa da discussão:

- Inclusão nas discussões da Comissão de Isonomia Fórum e Cruesp da conceituação de gratuidade ativa ou política de permanência estudantil;

- Realização de estudos sobre as necessidades estudantis e o estabelecimento de um plano de metas das universidades estaduais em relação a esta questão. A reivindicação do Fórum é que toda a demanda estudantil possa ser atendida no prazo mais breve possível;

- Realização de reuniões em cada universidade para tratar de problemas importantes e imediatos, tais como: moradia, restaurante, bolsas, material de estudo.

Em relação aos Hospitais Universitários (HU), o Fórum registrou ao Cruesp sua conceituação sobre o tema, que consta da nossa pauta unificada de reivindicação:

Item 4.11. Preservar a vinculação dos Hospitais Universitários com a universidade, aprimorando o seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

Em seguida, requisitou-se ao Cruesp seu posicionamento sobre os Hospitais Universitários, em particular sobre

o andamento das negociações com o governo do Estado no sentido de obter complementação de verbas para financiamento parcial dos HU. Após uma longa explanação do representante da Unicamp, que dizia expressar a posição da Unicamp e da Unesp, o Fórum reiterou pedido de uma manifestação oficial do Cruesp sobre o tema, enviada antes da próxima reunião com os Reitores, de modo a propiciar um aprofundamento da discussão e a construção de uma política, tão comum quanto possível, da três universidades.

Ficou acertada a continuidade das negociações para o início de agosto/06.

Fórum entrega representação ao Procurador Geral do Estado

No dia 11/7, às 15 horas, o Fórum das Seis, em audiência com o Procurador Geral do Estado, Rodrigo César Rebello Pinho, entregou representação contra o desconto indevido da Habitação, promovido pela Secretaria da Fazenda do Estado ao arripio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que garante às universidades estaduais ao menos 9,57% da arrecadação do ICMS (Quota Parte do Estado).

Assim, o desconto do montante orçado para Habitação é irregular, sendo mais um exemplo do artifício perverso utilizado por governos, em todos os níveis: tirar dinheiro de uma conta pública importante (no caso a Educação Superior), para financiar outra conta pública importante, a da Habitação Popular. Só em 2006, este truque da Secretaria da Fazenda retirou do orçamento das universidades estaduais mais de R\$ 72 milhões.

Ação de conversão de licença-prêmio

Como já comunicado no *Informativo Adusp* 160 (maio de 2004), a Assessoria Jurídica da Adusp considera que licenças-prêmio de servidores do Estado de São Paulo, adquiridas e não gozadas até maio de 1999, podem ser convertidas em pecúnia. Neste sentido orientamos os docentes interessados nesta conversão para que fizessem tal solicitação em sua unidade. Deste modo, estariam garantindo este direito e, ao mesmo tempo, formalizada uma negativa, disporiam de documento para entrar com a devida ação judicial.

Contudo, para evitar os desgastes da via judicial, a Adusp solicitou à Reitoria o reconhecimento administrativo deste direito. A USP, por sua vez, informou por meio do ofício que aguardava julgamento dos embargos de declaração interpostos pelo Governo do Estado de São Paulo na ADI 2887 para firmar seu entendimento quanto à concessão ou não do direito pleiteado.

Ocorre que em julgamento do Pleno do Supremo Tribunal

Federal, por unanimidade, não foram conhecidos os embargos interpostos pelo Estado de São Paulo e, ainda, rejeitados os interpostos pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, cuja decisão foi publicada no D.O.E. de 8/6/2006.

Desta forma, antes de indicar aos docentes que acionem judicialmente a universidade, a Adusp oficiou, derradeiramente, à Universidade para que posicione-se definitivamente quanto ao tema ora em debate, concluindo pela concessão dos pedidos administrativos pertinentes encaminhados pelos docentes.

Ação para suspensão de incidência de Imposto de Renda sobre o abono de permanência

Esta ação pleiteia a suspensão e a devolução dos valores de Imposto de Renda recolhidos sobre o abono de permanência. Nossa assessoria jurídica entende que o Imposto sobre a Renda não deve incidir sobre tal abono. Esses valores estão sendo indevidamente descontados dos salários de docentes que fazem jus ao abono de

permanência (aqueles que, tendo direito a solicitar a aposentadoria, optaram por permanecer em serviço).

Nesse caso, as ações correrão nos Juizados Especiais Federais de São Paulo e podem ser individuais ou plúrimas (grupos de até 10 docentes).

Para ingressar com essa ação são necessárias duas cópias autenticadas dos seguintes documentos: 1- RG e CPF; 2- certidão da USP indicando quando o docente atingiu o tempo para se aposentar; 3- caso o docente agora já esteja aposentado, incluir a publicação no D.O.E. (ou atestado da USP) da data da aposentadoria; 4- pedido administrativo de concessão do abono (se houver); 5- extrato de todos os holerites após a concessão do abono; 6- procuração; 7- contrato de honorários (todas as vias vistas). As custas do processo serão de R\$ 250,00 para sócios e de R\$ 300,00 para os não associados e, como ocorre em qualquer ação civil, se por acaso ocorrer perda da ação a sucumbência gira em torno de 10% do valor da causa.